

**REPRESENTAÇÕES SOBRE A AMAZONIA NA II GUERRA MUNDIAL: ENTRE A MARCHA PARA O OESTE E OS ACORDOS DE WASHINGTON****REPRESENTATIONS ABOUT THE AMAZON IN WORLD WAR II: BETWEEN THE MARCH TO THE WEST AND THE WASHINGTON ACCORDS**Túlio Augusto Chaves<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar representações sobre a Amazônia recolhidas em periódicos varguistas, na imprensa regional amazônica e norte-americana nos contextos dos Acordos de Washington. Em geral, estes diferentes grupos realizavam leituras diferentes sobre o passado, o presente e o futuro da região amazônica. O governo Vargas associava essa empreitada à realização de uma espécie de “expansão para o oeste”, marcada pela tendência de expansão do estado brasileiro no contexto do Estado Novo. Através da imprensa norte-americana, fica evidente a busca do novo “El Dorado”, de uma Amazônia percebida com certo exotismo, território vazio e aberto à exploração do capital internacional. Internamente, as experiências históricas ligadas à exploração da borracha na primeira década do século XX levavam à expectativa de retorno da *Belle Époque* amazônica.

**Palavras-chave:** Amazônia. Governo Vargas. Acordos de Washington.

**Abstract:** This article aims to analyze representations about Amazônia collected in Varguista periodicals, Amazonian and North American regional press in the context of the Washington Accords. In general, these different groups had a different perception of the the past, the present and the future of the Amazon Region. The Vargas government associated this undertaking with the realization of a kind of “expansion to the West”, marked by the tendency of expansion of the Brazilian state in the context of the Estado Novo. Through the North American press, the search for the new “El Dorado” is evident, of an Amazon perceived with a certain exoticism, empty territory and open to the exploitation of international capital. Internally, the historical experiences related to the exploitation of rubber in the first decade of the 20th century led to the expectation of a return to the Amazonian *Belle Époque*.

**Keywords:** Amazon. Vargas Government. Washington Accords.

Para além de mudanças expressivas na estrutura governamental e social brasileira, a política varguista alterou sobremaneira a relação entre o governo federal e as unidades federativas. Para a região amazônica, especialmente, mudanças

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto I da Universidade Federal do Pará. É Doutor em História Social da Amazônia, PPHIST- UFPA. Possui graduação em História Bach e Licenciatura pela Universidade Federal do Pará (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase nos temas de História Urbana, Teoria e Metodologia da História, História do Brasil, Ensino de História e História da Educação. E-mail: tuliochaves@ufpa.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4008-5235>

importantes foram percebidas com relação à presença do governo federal no cotidiano social.

Segundo Berta Becker (2001), antes da década de 1930 é praticamente inviável a compreensão de políticas públicas federais para a Amazônia. Não se quer dizer com isso que no início do século XX o governo republicano tenha ignorado a lucrativa indústria da borracha. No entanto, em tempos da política dos governadores e de liberalismo federativo vigente, o governo federal se manteve distante de uma intervenção efetiva na economia e na sociedade da região. Apenas a partir da década de 1940 foram percebidas políticas de desenvolvimento econômico para a região, profundamente ligadas a entes externos, especialmente ao governo federal.

Em outras palavras, o governo de Vargas marcou a tentativa de implantação de um novo modelo econômico e social para a Amazônia. Mesmo com o insucesso das cidades planejadas por Ford nos anos 1920<sup>2</sup>, acreditava-se que a modernização das formas de plantio, de acesso à mão de obra e de transporte conseguissem reverter a crise e deslançar a produção de látex amazônico. Para além dos aspectos econômicos, havia também uma mudança de paradigma sobre a região amazônica, um embate entre representações diferentes sobre o passado e o futuro do espaço amazônico.

Dentro destes parâmetros, este artigo não objetiva fazer uma análise das práticas econômicas percebidas na Amazônia durante o governo Vargas, mas perceber como, através deste processo, uma gama de novas representações sociais sobre a Amazônia e seu futuro foram percebidas em reportagens, artigos, documentários, jornais e propagandas coletadas através da imprensa varguista, da imprensa regional e da imprensa norte-americana no contexto dos Acordos de Washington. Para tal, utiliza-se o conceito de “representação” elaborado por Roger Chartier, que o compreende como aquelas ideias que, “à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que paralelamente descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

---

<sup>2</sup> Explicar a iniciativa de Ford na região, conforme sugestão da revista.

## Amazônia entre imagens e discursos

Segundo a historiadora Maria Verônica Secreto (2010), a Amazônia figurou como um importante marco para a política de expansão do Estado brasileiro pela ideia de “ocupação dos espaços vazios”. Conforme a autora, em uma espécie de releitura do bandeirantismo colonial:

Num discurso pronunciado em Belém em 1933, Vargas afirmava que o desafio maior para a Amazônia era o de transformar a exploração nômade em sedentária, e para isso era necessário povoá-la, colonizá-la, fixar o homem na terra. Em Manaus em 1940, em outro discurso, que ficaria conhecido como “Discurso do Rio Amazonas”, Vargas disse aos Amazonenses reunidos no Ideal Club daquela cidade que, sem demora, eles estariam incorporados ao corpo da nação (SECRETO, 2010, p. 262).

**Figura 1:** Getúlio Vargas na Amazônia em 1940



Fonte: Revista *Life*

Como se observa na fotografia de Vargas em visita à Amazônia, publicada na revista *Life*, ficava evidente o acompanhamento da questão pela mídia norte-americana. Na fotografia da revista *Life*, o Presidente observa um ouriço de castanha, como a observar e planejar o renascimento da economia da Amazônia.

Ainda que, na prática, pouco tenha sido feito até o início da década de 1940, época em que a região passou a ganhar um lugar especial na propaganda varguista. Ainda para Secreto (2010), o “Discurso do Rio Amazonas” foi inflacionado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Vargas, o DIP, e transformado em uma espécie de *marco histórico* para um novo lugar para a Amazônia. Como lembra Rômulo de Paula Andrade:

No decurso dos anos 1930 e, especialmente, no limiar dos anos 1940, ocorreram mudanças nesta concepção, que, visando atender às novas diretrizes governamentais para a região, passou a valorizar o homem até então concebido por trás da selva: o caboclo. Dois fatores colaboraram como aumento de citações à Amazônia nos primeiros anos da década de 1940: o programa de governo “Marcha para o Oeste”, que definiu a Amazônia como um lugar a ser ‘conquistado’ pelo poder central, e a viagem de Getúlio Vargas à região em 1940 (ANDRADE, 2010, p. 454).

Em 1940, Cassiano Ricardo escreve a obra *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, na qual oferece especial atenção a essa nova política de Vargas, vendo-a como uma reedição do bandeirantismo colonial que ganha, sob a ótica do autor, uma grande plasticidade, podendo ser usado desde o século XVIII até o XX.

Sobre a questão, segundo Maria Verônica Secreto, ainda que o governo Vargas não tenha concebido esse plano exclusivamente para a Amazônia, foi nela que se criou um de seus mais fortes elos de construção imaginária. Parecia, aos olhos dos propagandistas governamentais, ser a Amazônia uma das mais complexas regiões a serem “integradas” à nação (SECRETO, 2010).

O periódico varguista *Cultura Política*, um dos mais importantes meios de divulgação intelectual do Estado Novo, representa uma importante fonte sobre os projetos que o governo federal apresentava para o desenvolvimento da Amazônia. Andrade (2010) e Secreto (2010) identificam tal periódico como um dos que mais contribuíram para a formação ideológica visando à construção de um plano para a Amazônia, especialmente com o início da década de 1940, já que a partir de 1942, com

o acirramento da guerra, os temas militares passaram a monopolizar os interesses da revista.

Ao se fazer uma observação geral entre os anos de 1941 a 1942, percebe-se certa constância nos discursos sobre a região. É possível perceber como que, “cientificamente”, o periódico buscava reafirmar muitos dos mitos que se criaram sobre a Amazônia, e que justificaram políticas feitas posteriormente. Em 1942, por exemplo, reportagem intitulada “Economia dos Estados”, ao falar do Pará, reiterava a necessidade de políticas públicas que incentivassem a agricultura na região que, especialmente naquele período, limitava-se à zona bragantina. Nesse sentido, reiterava-se o mito de uma “terra fértil”, que demandava apenas homens para ocupar e produzir. Em muitas regiões da Amazônia, reclamava o periódico, produzia-se unicamente a “grosseira farinha de mandioca a que chamam de ‘farinha d’água’ 11<sup>3</sup>.

A reportagem vinha igualmente associada a dados populacionais que, em seu conjunto, reforçavam a ideia de um vazio que precisava ser ocupado, arquétipo que persistiu por décadas, especialmente ao longo do governo Vargas e da Ditadura Militar Brasileira (1964 -1985).

Em 1941, Francisco Galvão, ex-deputado<sup>4</sup> pelo estado do Amazonas e um dos importantes intelectuais a pensar a ação varguista para a região, publicou, no mesmo periódico, um texto intitulado “Sentido Social da Amazônia”, em que tenta delinear como deveria ser a política de Vargas para a região naquele momento, em que a produção de borracha deixava “de ser um problema regional para ser um problema nacional”<sup>5</sup> e que não poderia ressurgir nesse novo tempo seguindo os mesmos moldes do início do século XX.

No início da década de 1940, o avançar da Guerra parecia reacender esperanças de que o investimento na produção da borracha seria novamente um grande propulsor

---

<sup>3</sup> *Revista Cultura Política*, número 11, 1942, p. 156.

<sup>4</sup> Em 1941, em decorrência do golpe que implantou o Estado Novo, o Legislativo, nos três níveis, estava fechado. A essa altura, portanto, Francisco Galvão não mais exercia seu mandato.

<sup>5</sup> *Revista Cultura Política*, número 1, 1941, p. 151.

do desenvolvimento na região, capaz de proporcionar a “incorporação” efetiva da região à nação brasileira. Como exemplo, Galvão elenca ao menos quatro questões que haviam de ser muito bem pensadas para o futuro da Amazônia: o transporte, o saneamento, o comércio e o homem.

Sobre o problema do transporte na Amazônia, o autor defendia a necessidade de grandes investimentos que “aproveitassem com maior facilidade os grandes Rios da região”<sup>6</sup>. Apenas com um moderno sistema de transporte seria possível a viabilidade econômica da Amazônia.

Sanear era, para o autor, sinônimo de ocupar definitivamente a Amazônia, acabando com a ocupação provisória e nômade, fixando o homem na terra e o incentivando a produzir, melhorando o acesso à saúde pública e acabando com a malária.

Sobre o fortalecimento do comércio, o periódico defendia que só se podia falar em comércio efetivo quando se acabasse de uma vez com o regime de escravidão do homem amazônico. Segundo tal concepção, ali todos seriam escravos, tanto o trabalhador quanto o empregador; o homem que ganha o látex das árvores e o que embarca a borracha nos transatlânticos. Um e outro algemados às correntes dos *trusts*. Nessa lógica, é o “exportador que dita o preço” (GALVÃO, 1941, p. 152). O caminho sugerido por Galvão era estabelecer legalmente o preço e o método de compra através do poder público, enfrentando com mais coragem os *trusts*, a quem o autor atribuía a culpa pelo baixo preço da borracha (GALVÃO, 1941, p. 151).

Finalmente, sobre o homem, era necessário dotar a Amazônia de uma nova estrutura de educação e saúde que amparasse o “caboclo”. Segundo Galvão, era necessário apenas dotar o homem amazônico de educação, saúde e cultura; um verdadeiro trabalho de civilização, com o qual não haveria necessidade de “braço estrangeiro” (GALVÃO, 1941, p. 152).

---

<sup>6</sup> Revista Cultura Política, número 1, 1941, p. 151.

Ainda que os apontamentos não sejam novidade, é preciso notar que sua presença em um dos principais periódicos nacionais de divulgação do regime demonstra não somente o crescimento da preocupação governamental com a crise da economia amazônica, mas também o aprofundamento das reflexões sobre possíveis linhas de ação para seu enfrentamento. Segundo Raimundo Pinheiro, outro contribuinte da *Revista Cultura Política*, os erros do passado mostraram que apenas “inundar a Amazônia de dinheiro” não era a solução, sendo também necessário conhecer profundamente o “solo em que se pisava”<sup>7</sup>.

Ao se observar os discursos feitos por Vargas sobre a Amazônia, principalmente após 1941, Andrade demonstra como nessas falas persistia um discurso civilizatório, marcado pela relação homem e natureza. No discurso de Getúlio Vargas, “a história da Amazônia era também uma história do homem em constante conflito com a natureza, porém, em sua fala, o homem saíra vitorioso deste confronto” (ANDRADE, 2010, p. 460).

Ainda que, intelectualmente, a Amazônia continuasse sendo discutida pelo Estado Novo, foi apenas com os Acordos de Washington que, de fato, políticas públicas foram efetivamente postas em prática. Realizado em marco de 1942 entre Brasil e os Estados Unidos os Acordos de Washington tinham por um de seus objetivos fundamentais garantir o fornecimento de matérias-primas à indústria norte americana no contexto da Segunda Guerra Mundial buscando a expansão da economia brasileira com a cooperação técnica e econômica dos EUA. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Vale do Rio Doce teve relação direta com esse evento histórico. (OLIVEIRA, 2001)

Dentre os incentivos econômicos, a produção de Borracha na Amazônia foi vista como estratégica para o governo norte-americano gerando um significativo aporte de investimentos para a região. Ainda assim, os Acordos de Washington não podem ser lidos como uma mera soma a políticas anteriores, já que a considerável injeção de

---

<sup>7</sup> *Revista Cultura Política*, número 3, 1941, p. 116.

capital e o imediatismo de aumento da produção de látex alteraram em vários níveis a política de colonização da Amazônia realizada de acordo como os princípios da Marcha para o Oeste, especialmente, segundo Secreto (2010), retornando a uma política nômade de ocupação da Amazônia, baseada no extrativismo.

De qualquer forma, a imprensa local e nacional tendeu a comemorar entusiasticamente os acordos, como possibilidade material de que neste novo contexto a Amazônia voltasse a viver a economia dos dias de glória de décadas anteriores, uma espécie de ressurgimento econômico para a Amazônia.<sup>8</sup>

O *Radical*, um dos principais jornais representantes da imprensa varguista na década de 1940, alardeava na capital federal a importância da Amazônia para o governo a partir de 1943 com a assinatura dos tratados de Washington em artigo com o título “Drapeja na Amazônia a flama do entusiasmo”:

A Amazônia é um mundo novo que se abre para a civilização, mas um mundo em toda sua plenitude de força, hostil ao homem que não tiver coragem de penetrar-lhe os mistérios e olhar de frente para extrair-lhe as riquezas, suas florestas imensas e suas artérias caudalosas. Tudo ali assombra o homem, dominando-o pela magnitude dos espetáculos nunca vistos. Só aos audaciosos e aos perseverantes esse mundo se descobre em messes. Só os fortes conseguem compreender a luta que isso exige. A Amazônia é diferente de tudo. Nenhuma outra região do mundo pode servir de termos de comparação ao vale imenso<sup>9</sup>.

Getúlio Vargas, o Estado Novo e a batalha da borracha pareciam finalmente garantir a existência desse novo entusiasmo, que aparentemente reunia as condições de crescimento e desenvolvimento para Amazônia. Era preciso um Estado forte com homens fortes para capitanear esse desenvolvimento.

Se no governo federal a figura de Vargas representava essa força, localmente era necessário indicar um novo interventor para a região; alguém que, como Vargas,

---

<sup>8</sup> Ver: AUTOR. *O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940*. 2016. 216 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

<sup>9</sup> O *Radical*, 1 de junho de 1943, p. 16.

conseguisse personificar o poder de um Estado forte. Nesse sentido, é novamente indicado como interventor federal na região o então Major do Exército Brasileiro Magalhães Barata, um dos mais famosos personagens políticos do Século XX no Pará, que já fora interventor do estado entre 1930 e 1934, e que saíra após rompimentos políticos dentro do próprio grupo de poder em contextos anteriores ao Estado Novo em 1937 (FONTES, 2013, p. 146).

Diferente de sua primeira interventoria, cuja primeira ação foi denunciar a “bancarrota” em que se encontravam as contas públicas (PINTO, 2012), Barata vinha agora responsável por capitanear os vultosos investimentos federais feitos na região e aumentar o frágil papel do Estado brasileiro na Amazônia através da criação e/ou fortalecimento de inúmeras instituições federais. Política e economicamente foi, de fato, um momento de bastante euforia para parte considerável da população paraense que parecia poder voltar a sonhar com um futuro de prosperidade econômica.

Dentre as novidades de maior impacto no período estão o Banco de Crédito da Borracha, os Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP), o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

O Banco de Crédito da Borracha foi criado em 1942 com claro objetivo de financiar a produção do látex amazônico, bem como realizar a compra e a venda final da produção pelo preço tabelado, substituindo o antigo sistema das casas aviadoras existentes em Belém e Manaus. Já o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP) havia sido criado em 1940 em substituição à antiga *Booth Line* e ao *Port of Pará*, empresas de capital privado de origem inglesa que desde o início do século XX administravam a navegação e os principais portos da Amazônia. A criação da empresa teve clara justificativa de modernização e nacionalização do transporte na Amazônia, problema entendido como um dos principais a serem vencidos na economia gomífera, agora capitaneados pelo Estado.

Percebe-se a ideia de que a privatização desse serviço poderia comprometer a segurança nacional em tempos de II Guerra Mundial. A nova empresa recebeu também capital para a modernização e adaptação dos portos para a exportação da borracha.

Para regulamentar e acompanhar a questão, o governo dos EUA criou a *Rubber Development Corporation* (RDC), empresa responsável pela compra da borracha crua ou manufaturada, acompanhamento da produção, fornecimento de alimentos, navios e demais utensílios necessários. O contrato com o governo brasileiro garantia a compra de toda a borracha que a Amazônia conseguisse produzir até dezembro de 1946. A RDC trouxe também dos EUA uma grande quantidade de navios e lanchas para integrar o corpo de transporte de pessoas e mercadorias para a Amazônia. Em Belém, este problema era considerado um dos mais crônicos:

E quando há pouco mais de um ano o governo brasileiro e o americano assinaram o célebre acordo que assegurava até 1946, um mercado excelente para toda a nossa produção disponível de borracha, nem por isso o otimismo foi geral. Era que todos sabiam que nos faltavam os meios de transporte, que não bastavam produzir: era preciso encaminhar<sup>10</sup>.

Segundos dados da mesma reportagem, em 1943 chegaram a Belém e foram colocadas a serviço do SNAPP sete navios com capacidade para três mil passageiros e duzentas toneladas de carga, além de centenas de lanchas Higgins<sup>11</sup> vindas diretamente dos Estados Unidos<sup>12</sup>.

Outro problema considerado crônico era o acesso à mão de obra. A experiência em Fordlândia já alertava as autoridades sobre a complexidade da dinâmica de trabalho na Amazônia. Tentando resolver esse problema, o governo federal instituiu o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, o SEMTA.

Criado como parte direta dos Acordos de Washington e peça urgente para a produção da borracha, o governo norte-americano disponibilizou mais de US\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil dólares). Tentando resolver o

---

<sup>10</sup> *Folha Vespertina*, 25 de agosto de 1943, p. 1.

<sup>11</sup> Tipo de lancha militar produzida nos EUA durante a II Guerra Mundial para transporte de soldados.

<sup>12</sup> *Folha Vespertina*, 25 de agosto de 1943, p. 1.

problema da mão de obra, o governo brasileiro recrutou mais de trinta mil trabalhadores que vieram (em sua maioria) da região Nordeste do país, principalmente de estados como Piauí, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte e, especialmente, do Ceará.

Na década de 1940, a migração passa para as mãos do governo federal. A propaganda oficial do SEMTA que buscava estimular a vinda desses trabalhadores visava, de um lado, relacionar o trabalho à lógica militar da guerra ao tratá-los como “soldados”, mesmo sem as garantias oficiais de um militar. Por outro lado, tentava afastar o medo do já conhecido sistema de aviação que mantinha os trabalhadores presos a dívidas impagáveis junto ao seringalista. Nessa perspectiva, garantia-se ao seringueiro o direito a 60% da borracha produzida, 50% da castanha colhida, 50% da madeira cortada, direito a caça e pesca e um hectare de terra para o plantio (MORALES, 2002, p. 163).

Figuras 2 e 3: A propaganda do governo para recrutar os soldados da borracha



Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/biblioteca/atendimento.shtm>>.

Nas propagandas anteriores, feitas pelo suíço Jean-Pierre Chabloz, observa-se o destaque às garantias que seriam oferecidas pelo Estado ao novo seringueiro em tempos de guerra. Nelas estavam evidentes a ligação com as necessidades da Guerra, a proteção do governo federal e as garantias da posse de terra e da extração florestal.

Nessa altura, cria-se também a SAVA, Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, programa que visava garantir o abastecimento de víveres para os seringais da Amazônia em tempos de guerra, onde alimentos simples, como carne, açúcar e leite faltavam até na capital. Segundo Wilkinson (2009), era objetivo também do governo norte-americano que a nova economia da borracha não repetisse o sistema de aviamento e a “escravização” do seringueiro. Visando transformar o sistema econômico e a complexa relação de trabalho no interior da Amazônia, a RDC incentivou que os navios e/ou aviões que exportavam borracha de Belém para os Estados Unidos voltassem carregados de insumos, cujo destino principal era o interior da Amazônia.

Essa medida visava baratear o acesso aos insumos básicos, o que não durou muito tempo devido aos riscos de afundamento por submarinos no período da Guerra. A dificuldade de acesso a tais insumos gerou a forte inflação dos preços de suprimentos, levando em grande medida à repetição de cenários similares aos do início do século XX.

Para completar o cenário, o governo federal criou também o SESP, Serviço Especial de Saúde Pública, que visava garantir a melhoria das condições sanitárias da Amazônia. Este serviço buscava controlar os surtos de malária que, no passado, dizimaram grande quantidade de seringueiros. Nesse contexto, foram estabelecidos cerca de trinta e quatro postos de saúde em vários rios e seus afluentes da Amazônia, bem como a construção de postos em balsas flutuantes itinerantes (WILKINSON, 2009).

Ainda dentro da política de facilitação de transporte, o governo dos EUA se responsabilizou pela construção dos aeroportos de Belém e Manaus. Esses aeroportos visavam melhorar o acesso externo à região, acesso este limitado até então aos navios e aos hidroaviões. Em 1943, iniciava-se a construção do aeroporto de Val-de-Cans, em Belém, feito associado a uma base militar que servia de ponte aérea ao acesso à Europa em tempos de Guerra.

Figuras 4 e 5: O Aeroporto de Belém em construção – 1944



Fonte: <[http://www.sixtant.net/2011/artigos.php?cat=u.s-navy-bases-in-brazil-\\*&sub=u.s-navy-bases&tag=5%29usn-naf-belem](http://www.sixtant.net/2011/artigos.php?cat=u.s-navy-bases-in-brazil-*&sub=u.s-navy-bases&tag=5%29usn-naf-belem)>.



Fonte: <[http://www.sixtant.net/2011/artigos.php?cat=u.s-navy-bases-in-brazil-\\*&sub=u.s-navy-bases&tag=5%29usn-naf-belem](http://www.sixtant.net/2011/artigos.php?cat=u.s-navy-bases-in-brazil-*&sub=u.s-navy-bases&tag=5%29usn-naf-belem)>.

As fotografias contrastam o ambiente de trabalho no aeroporto, onde havia forte presença do caboclo local, com os recrutas americanos e seu almoço nas dependências da nova base aérea que se criava junto à pista de pouso e decolagem. Assim, percebe-se que os aeroportos eram locais de trabalho para ambos, mesmo que em condições diversas.

O aeroporto serviria, de um lado, como base para operações de Guerra e, de outro, para a aviação comercial da empresa norte-americana *Pan American Airlines*, que passaria a interligar essas cidades amazônicas ao resto do “mundo civilizado”, agora dividido pela II Guerra Mundial. Essas linhas comerciais regulares facilitariam o comércio incrementando o turismo para a região, sobretudo a partir da década de 1950. Antes da *Pan American Airlines*, a navegação aérea na Amazônia era feita pelos hidroaviões da *Condor Syndikat* que, em tempos de guerra, devido à sua origem alemã, teve suas atividades encerradas no Brasil em 1942 (TRIGO, 2002).

Figura 6: Avião da *Panair* sobrevoando a cidade na década de 1940



Fonte: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>.

Na imagem anterior, provavelmente tirada do Reservatório Paes de Carvalho (na época, o ponto mais alto da cidade), observa-se o velho centro comercial e administrativo de Belém com destaque ao avião da *Panair* que sobrevoava a cidade. O contraste entre o avião moderno e o velho centro da cidade fica evidente. A construção do aeroporto e a diversificação da aviação civil e militar no período pareciam ser o prenúncio de um futuro de modernização da capital.

Acreditando na real possibilidade de desenvolvimento da região pelos próprios norte-americanos, a *Pan American Airlines* adquiriu o melhor hotel de Belém na época, o *Grande Hotel*, que passou para mãos norte-americanas em 1943 (AUTOR, 2011).

Figura 7: O *Grande Hotel*



Fonte: PARÁ, Governo do Estado (SECULT). Belém da Saudade, 1998, p. 223.

O *Grande Hotel* de Belém representava uma das mais refinadas heranças da *Belle Époque*. Construído no início do século XX, na área mais nobre da capital, de frente para a Praça da República e o Teatro da Paz, com seus elegantes salões, teatro, restaurante, tornou-se rapidamente um dos maiores pontos de encontro da alta sociedade paraense. A empresa aérea *Pan Am*, além de dominar o mercado da aviação comercial, buscou diversificar seus negócios e aproveitar os investimentos governamentais para a integração com o restante da América e, em especial, com o Brasil. Nessa mesma linha, adquiriu a rede de hotéis norte-americana “*Intercontinental Hotels*”, na época restrita aos Estados Unidos, transformando-a na primeira rede de hotéis internacional (KAUFFMAN, 1995, p. 9-18).

Figura 8: Comercial da rede *Intercontinental*; destaque à presença do *Grande Hotel*



Fonte: *Life Magazine*, 1949, p. 48.

O interesse na criação de uma indústria hoteleira associada a uma companhia aérea seguia a mesma lógica de pensamento: a da criação de uma rede internacional de hotéis de médio e alto luxo na América Latina. Demonstrando o interesse despertado pela região amazônica, o primeiro hotel a ser adquirido pela rede *Intercontinental* foi o *Grande Hotel* em Belém. Observe-se a imagem anterior, propaganda do hotel na década de 1950, em que se destaca a proximidade com a natureza. Do hotel, segundo a lógica proposta, observar-se-ia, confortavelmente, a natureza amazônica intocada; o anúncio publicitário, destinado ao turista norte-americano, omitia que o hotel estava no centro da cidade.

É conveniente lembrar que, para os habitantes de Belém, o hotel de formas clássicas era uma referência à Europa e à civilidade do centro urbano; para o turista norte-americano, a edificação tornava-se uma referência à Amazônia e seu exotismo.

Na imagem abaixo, percebe-se o anúncio do *Whisky* canadense *Canadian Club*, exposto na revista *Life* em abril de 1944 e trazendo a imagem com os dizeres “*In Belém I found Canadian Club*”<sup>13</sup>; além de destacar a farta possibilidade de se encontrar a bebida nos lugares mais distantes, a propaganda destacava ao público norte-americano o exotismo da floresta amazônica demarcado na presença da arara e nas árvores ao

<sup>13</sup>Tradução sugerida: “Em Belém eu encontrei *Canadian Club*”.

redor. A fotografia omitia sua origem na “terrace” do *Grande Hotel*, um dos mais elitizados e urbanos pontos de encontro da sociedade, em pleno centro de Belém.

Figura 9: Comercial do whisky *Canadian Club* no *Grande Hotel*, em Belém



Fonte: *Life Magazine*, 17 de abril de 1944, p. 129.

O destaque da mídia norte-americana para a região também foi noticiado na mídia local. Entre 1942 e 1943, os jornais de Belém acompanhavam com entusiasmo as notícias sobre a borracha, e já começavam a enfatizar como essa novidade aparecia em jornais norte-americanos, como no *The New York Times*:

O programa da borracha estabelecido pelo governo brasileiro e norte-americano, em março de 1942, nos acordos que entre si afirmara em Washington, veio revelar a Amazônia com extensão territorial, potencial de riquezas e possibilidades de vida, em condições de comportar a solução de graves problemas mundiais de pós guerra. É o que diz o *New York Times*<sup>14</sup>.

Os jornais também relatavam a ideia de progresso e seu ritmo na Amazônia, que parecia ter fôlego para prosseguir mesmo com o fim da guerra. Eram notícias como as três que se seguem:

---

<sup>14</sup> *O Estado do Pará*, 3 de agosto de 1943, p. 2.

O impulso inicial está realizado, cabendo a população da Amazônia a marcha para o progresso<sup>15</sup>.

Quando a guerra terminar e o mundo reconquistar o ritmo de progresso do passado estará a Amazônia em plena fase de prosperidade e a paz abrirá possibilidades ainda maiores para este vale riquíssimo, um dos maiores patrimônios da nossa terra<sup>16</sup>.

O esquema de reerguimento da Amazônia não é pois, somente uma política de guerra, mas um plano geral e fecundo de opulentação da região, que vigorará durante a guerra e prosseguirá em paz<sup>17</sup>.

Este ambiente contribuiu para a criação de uma expectativa de reavivamento, agora renovado e modernizado, da economia da borracha. Parecia que o destino empurrava a Amazônia para um novo ciclo de desenvolvimento. O termo “opulentação”, utilizado na reportagem anterior, é sintomático de um sonho de reviver a opulência de outros tempos.

Nos EUA, reportagens também anunciavam, em tom de euforia, os investimentos na Amazônia. A revista norte-americana *Life Magazine* apresentava a Amazônia em várias reportagens e propagandas.

Em maio de 1943, essa revista publicou reportagem especial intitulada *Battle of rubber* (“Batalha da borracha”). Assim como Walt Disney representou a região como um futuro *El Dorado*, a revista, que era uma das de maior circulação no EUA, anunciava o esforço de guerra norte-americano para adquirir a posse da borracha. Em virtude da guerra, o esforço prometia resolver a ameaça de falta do produto, que, sem dúvida, muito afetaria a economia da nação. Nela surgia ainda um mapa da América do Sul, onde as rotas aéreas que passavam por Belém e por Manaus interligavam várias partes do continente sul-americano, tanto aos EUA, que nem sequer apareciam no mapa, quanto ao Caribe, o qual também era forte alvo da “Política da boa vizinhança”, especialmente pela presença norte-americana em locais como Cuba ou Panamá.

---

<sup>15</sup> *Folha Vespertina*, 22 de agosto de 1943, p. 1.

<sup>16</sup> *Folha Vespertina* 25 de agosto de 1943, p. 1.

<sup>17</sup> *O Estado do Pará*, 9 de dezembro de 1943, p. 3.

À semelhança do que estava no mapa, a reportagem da *Life Magazine* iniciava demonstrando a área de atuação da *Battle of rubber* que não envolvia só o Brasil, mas parte da Colômbia, Venezuela e Peru. Ficava evidente que a lógica era polarizar o cenário: de um lado demonstrar a complexidade da região descrita como um belo *hell-hole*, uma espécie de “buraco infernal” e, de outro, as infinitas possibilidades da tecnologia. Um ambiente aterrador onde apenas a mais alta tecnologia americana poderia adentrar<sup>18</sup>. As muitas fotografias revelam o claro contraste entre a floresta e os rios e a tecnologia e modernidade norte-americanas.

Figura 10: Avião transportando mercadorias



Fonte: *Life Magazine*: 24 de maio de 1943: *War taps Brazil's wild rubber*.

Nas imagens abaixo, cada um dos serviços acordados com o governo brasileiro é revelado e propagandeado; SEMTA, SESP, os aeroportos e tudo o mais, com seus políticos e acordos, cabiam nas imagens da nova ação americana na América do Sul. Segundo a reportagem, a Amazônia produzia a borracha de melhor qualidade. Esta, no entanto, precisava viajar mais de 1.000 milhas por barco, trem, avião para chegar aos EUA.

<sup>18</sup> *Life Magazine*, 1943, p. 23.

**Figura 11:** O governador Magalhães Barata (*Amazon Boss*)



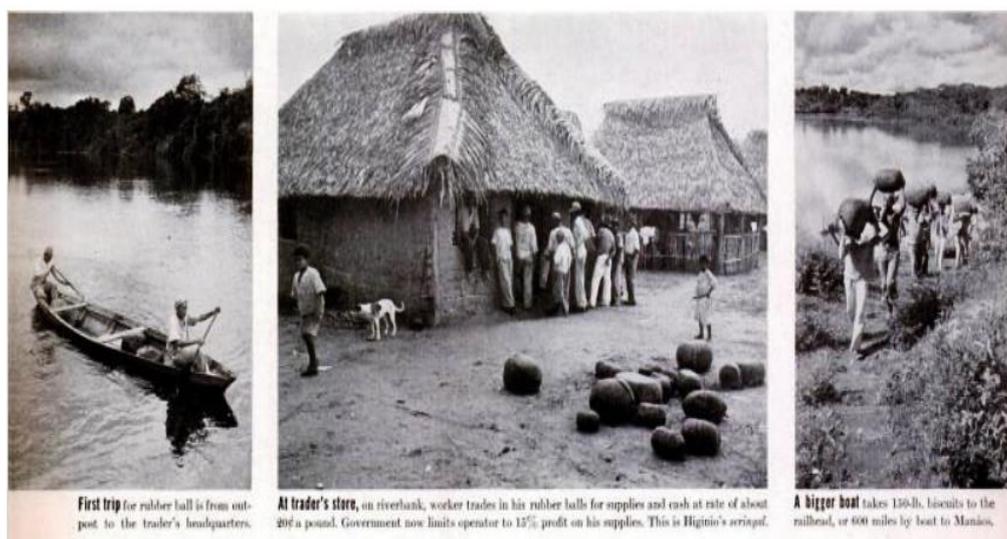
**Figura 12:** O problema da malária no interior da Amazônia



Fonte: *Life Magazine*: 24 de maio de 1943: *War taps Brazil's wild rubber*

A reportagem da *Life* destacava, contudo, a difícil vida no seringal. As imagens, juntamente com o texto, mostram também um cenário desolador e arcaico da vida no interior da Amazônia. Eram casas de sapé ou palha, eram homens de pés descalços ou transportando as balatas em canoas a remo. Havia ainda doenças e perigos variados na selva amazônica. Tudo isso contrastava com o avião preparado para embarcar a borracha aos EUA. Igualmente em contraste, percebe-se a figura do *Amazon Boss*, isto é, na época, o interventor do estado Magalhães Barata, retratado em vestes formais na residência oficial dos governadores.

Figura 13: A exploração de borracha na Amazônia



Fonte: *Life Magazine*: 24 de maio de 1943: *War taps Brazil's wild rubber*

O próprio mundo urbano amazônico é tratado com tom de exotismo. Faz-se referência à riqueza trazida pela borracha em outros tempos em vários momentos. Por exemplo, a cidade de Manaus é referenciada como *ghost town of Manáos* (“Cidade-fantasma de Manaus”), o que diz muito sobre as representações norte-americanas sobre as cidades amazônicas após a decadência da economia gomífera.

Os Estúdios Disney, na época importante meio de divulgação da cultura norte-americana e dos Acordos de Washington, organizou também em 1944 um importante documentário chamado *The Amazon awakens* (*O despertar da Amazônia*). Ele apresenta a face de uma Amazônia de conto de fadas esboçada no documentário, produzido no ano de 1944 pelo estúdio de Walt Disney em parceria com o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (Agência do coordenador de assuntos Inter-americanos), podendo ser apontado claramente como um dos frutos da chamada “Política da boa vizinhança”.

Era uma vez uma região tropical, bela e cheia de promessas, um “paraíso de riqueza além dos sonhos dos homens”, que atraía o interesse de caçadores de fortuna de todos os cantos da terra. Mas essa bela região atolada pelas

maldições da história e da cultura, sofria de uma tecnologia arcaica e de insuficiência de capital. Por isso ficou adormecida, num sono profundo atemporal. Até que um dia o príncipe charmoso, que por coincidência era a imagem de Henry Ford, conferiu-lhe um beijo, seu abundante capital e extraordinárias inovações tecnológicas; a região finalmente se levantou, despertando para se unir ao príncipe charmoso no caminho do progresso (WEINSTEIN, 2007, p. 156).

Essa paródia de um conto de fadas que compara a Amazônia ao *El Dorado* demonstra fortes indícios dos interesses gerados no mercado norte-americano sobre a Amazônia no período. Segundo Weinstein, o filme *The Amazon awakens* visava atingir o público norte-americano, distribuído em instituições educacionais e associações comerciais, buscando, fundamentalmente, incentivar investimentos do setor privado norte-americano na Amazônia (WEINSTEIN, 2007, p. 158).

Essa influência, em especial no tocante à Amazônia, baseava-se no que Weinstein chama de “teoria da modernização”. Elaborada por sociólogos americanos, segundo a autora, essa base teórica ganhou força principalmente no contexto da II Guerra, baseando-se na ideia universal de tendência para o progresso econômico a partir do estímulo de capital e da tecnologia estrangeira.

Para além das possibilidades econômicas infinitas, o documentário demonstra especial interesse sobre as cidades da Amazônia. Em sua trajetória, parte de Iquitos, na Amazônia peruana, passando por Manaus, Fordlândia e, por fim, chegando a Belém. Como lembra Weinstein (2007), era um passeio no “caminho para a modernidade” (p. 162). As representações que se buscavam passar desses centros urbanos tinham o nítido objetivo de associá-los a uma sociedade em pleno processo de modernização. Ainda que com toques de exotismo, as cidades de Belém e Manaus são elogiadas quanto a sua estrutura e potencialidade de crescimento. A produção do documentário se liga diretamente ao despertar de interesse dos EUA pela borracha em tempos de guerra, visando, portanto, incentivar o capital privado a promover mais investimentos na Amazônia.

Tais reportagens jornalísticas demonstram que tanto do lado americano quanto do brasileiro observa-se o grande investimento em propaganda, na divulgação dos princípios de desenvolvimento contidos no acordo entre as duas nações. Percebe-se ainda que as expectativas geradas, especialmente na Amazônia, foram gigantescas. A análise feita até aqui serve de embasamento à compreensão do momento econômico e político que se vivia na Amazônia.

Os consideráveis investimentos dos EUA, as novas instituições que foram criadas, pareciam uma esperança incontestada de um futuro melhor. Como demostrei pelos artigos de jornais, parecia certo que a elite paraense, que vivera sua *Belle Époque* alguns anos antes, esperava que a batalha da borracha conseguisse reposicionar a produção amazônica na lógica internacional, o que acabou por não se confirmar nos anos seguintes, sobrevivendo esta riqueza para além da guerra mundial.

O furor dos anos de 42, 43 e 44 foi muito intenso; no entanto, não se confirmou nos anos seguintes. O pouco resultado prático dos acordos, o fim da Guerra em 45, a retomada da produção asiática e os avanços na produção da borracha sintética impuseram o fim ao sonho da elite da região.

Como acertado nos Acordos de Washington, o governo dos Estados Unidos cumpriu seus acordos comerciais até dezembro de 1946; nessa data, entregaram sua estrutura para o governo brasileiro, levando consigo, no entanto, todos os aviões, navios e lanchas.

As promessas de continuidade não se realizaram. Em 1947, o jornal *O Liberal* mostrava a articulação das elites amazônicas junto à associação comercial, visando pressionar o governo federal a manter o apoio à região. Em março de 1947, o banco da borracha anunciava que continuaria suas atividades mesmo após o fim da RDC<sup>19</sup>.

Nos jornais, eram constantes as reclamações contra o governo federal, por não garantir a exclusividade da borracha amazônica, em especial pela permissão de sua

---

<sup>19</sup> *O Liberal*, 3 de março de 1947, p. 1.

plantação em outros estados do Brasil, como na Bahia e em São Paulo<sup>20</sup>. Em maio do mesmo ano, anunciava-se que “até na Argentina se iniciaria a produção de borracha”<sup>21</sup>. A elite amazônica percebia, gradativamente, que a produção de borracha não lhe era mais exclusiva no território nacional nem mesmo no continente.

No avançar da década de 1940 e início de 1950, a produção industrial de borracha sintética disparava. Em 1950, o jornal *O Liberal* anunciava que a borracha sintética já chegava a 85% do uso<sup>22</sup> pelos norte-americanos. Apenas dois anos depois, em 1952, a imprensa local novamente anunciava que a produção de borracha sintética já excedia o consumo em 250.000 toneladas<sup>23</sup>. Ficava cada vez mais claro que o sonho de um crescimento econômico advindo da borracha não era mais viável economicamente para região.

No mesmo ano, o antigo Banco de Crédito da Borracha, umas das mais importantes instituições federais criadas no contexto, muda de nome e passa a se chamar “Banco de Crédito da Amazônia”. A mudança de nomenclatura marcava também o fim do sonho da borracha enquanto alavanca central de enriquecimento. A Amazônia que, durante quase cem anos, fora a “Amazônia da borracha”, precisava encontrar um novo caminho.

Segundo Francisco de Assis Costa, mesmo com todo o investimento financeiro feito pelos governos brasileiro e norte-americano no período, o impacto dos acordos no crescimento da economia paraense foi pequeno, especialmente se comparado ao início do Século XX. Segundo o autor, de 1941 a 1945, a produção anual de borracha natural cresceu apenas 10.000 toneladas, atingido um nível apenas superior à metade do que fora em 1912 (COSTA, 2012, p. 110).

---

<sup>20</sup> *O Liberal*, 15 de abril de 1947, p. 1.

<sup>21</sup> *Folha Vespertina*, 23 de maio de 1947, p. 1.

<sup>22</sup> “Intensifica-se a produção de borracha sintética” (*O Liberal*, 29 de março de 1950, p. 2).

<sup>23</sup> “Perspectiva do mercado da borracha” (*O Liberal*, 17 de novembro de 1952, p. 2).

Excetuando a borracha, o impacto dos investimentos na economia da Amazônia foi quase nulo. Ainda segundo Costa, ao se analisar o setor produtivo paraense como um todo, com exceção da produção de borracha, a economia da região encolheu entre os anos de 1939 e 1953. No setor industrial, dados demonstravam que, nesse período, a economia chegava, em 1951, a ser apenas 72% do que fora em 1939; na agricultura, os resultados também foram negativos, sendo em 1949 apenas 66% do que fora em 1939 (COSTA, 2012, p. 112). Os dados observados demonstram, portanto, o fracasso dos acordos enquanto mola de propulsão econômica da Amazônia.

Os gastos federais na Amazônia, especialmente nos campos de saúde, saneamento e logística, ainda que muito impactantes, como previstos pelos Acordos de Washington, tenderam a se estagnar após o fim dos acordos com os EUA e a saída de Vargas do poder. Como uma herança econômica mais expressiva do período, permaneceu o Banco de Crédito da Amazônia (COSTA, 2012).

Nessa mesma linha, Berta Becker (2001, p. 136) defende que, em termos econômicos, a década de 1940 foi mais “discursiva do que ativa”; as expectativas econômicas e políticas foram de grande impacto e, no entanto, o desenvolvimento econômico real mostrou-se muito pequeno. As ponderações realizadas por Becker e Costa parecem claras em seu aspecto econômico; no entanto, é necessário ter por base que seus estudos se baseiam em dados quantitativos. Por eles, de fato, não houve ganhos significativos. No entanto, quanto a outros índices, a vida cotidiana da Amazônia sofreu grande transformação.

Certamente, restaram mais coisas do período além dos discursos. Ficou, sobretudo, mais uma significativa população migrante que alterou, em grande medida, a vida urbana e rural na Amazônia. Segundo Becker, como consequência real mais impactante, destaca-se o aumento populacional por conta das políticas de migração. Até fins da década de 1950, a população da Amazônia passou de 1 para 5 milhões de pessoas (BECKER, 2001). Belém, entre 1940 e 1960, teve sua população quase

dobrada, passando de 208.706 habitantes para 359.988 em 1960 (PENTEADO, 1968, p. 207).

### Considerações finais

Demonstramos que a política de valorização da Amazônia foi fruto de um conjunto de discursos que se organizaram em níveis externos e internos. De um lado, os Acordos de Washington acendiam esperanças anteriores de reaquecimento da economia da borracha; de outro, fortaleciam a presença do governo federal, através de importantes instituições públicas como o Banco da Borracha, SENTA, SAVA, SNAPP e SESP, que passaram a se fazer presentes alterando sobremaneira a vida cotidiana da população amazônica.

É importante perceber, dessa forma, que a expectativa de crescimento não vinha isoladamente da presença norte-americana. Além da necessidade de se perceber a presença varguista na Amazônia, é importante valorizar também os discursos internos das autoridades políticas e intelectuais que buscaram construir um futuro para a economia amazônica. Essas iniciativas não foram frutos isolados do contexto de guerra.

O governo Vargas, desde a década de 30, com os projetos de “expansão para o oeste”, buscou incluir a Amazônia em um discurso de integração nacional, que pelas crises políticas e econômicas do período só se materializaram em práticas governamentais no contexto dos Acordos de Washington. Através da imprensa norte-americana, fica evidente a busca do novo *El Dorado*, de uma Amazônia percebida com certo exotismo, território vazio e aberto à exploração do capital. Internamente, as experiências históricas ligadas à exploração da borracha na primeira década do século XX levavam a expectativa de retorno da “*Belle Époque*” amazônica.

Em seus diferentes lugares, os agentes sociais envolvidos demonstraram a circularidade de complexas representações sobre o mesmo espaço, representações que

contribuíram para a construção da paisagem cultural amazônica naquele período, unindo diferentes leituras do passado e expectativas de futuro.

## Referências

A ECONOMIA dos estados: Pará. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 11, p. 145-166, set. 1942.

ANDRADE, Rômulo de Paula. "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2010, v. 5, n. 2, p. 453-468. ISSN 1981-8122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a15v5n2.pdf>>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

AUTOR. *Isto não é para nós? um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

AUTOR. *O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940*. 2016. 216 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

BECKER, Bertha Koiffman. Revisão das políticas de ocupação amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários?. *Parcerias Estratégicas* (Brasília), Brasília, v. 12, p. 135-159, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista - 1720-1970*. Belém: NAEA, 2012.

DRAPEJA na Amazônia a flama do entusiasmo. *O Radical*, Rio de Janeiro, jun. 1943.

FOLHA Vespertina. *22 de agosto de 1943*. Belém, 1943.

FOLHA Vespertina. *23 de maio de 1947*. Belém, 1947.

FOLHA Vespertina. *25 de agosto de 1943*. Belém, 1943.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). *Estudos Políticos*, v. 4, n. 8, p. 131-151, 2013. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com>>. Acesso em: 16 de agosto de 2014.

GALVÃO, Francisco. O sentido social da Amazônia. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, p. 149-157, mar. 1941.

KAUFFMAN, Sanford. *Pan Am Pioneer: A manager's memoir, from seaplane clippers to jumbojet*. Texas: Tech University Press, 1995.

LIFE Magazine. *17 de abril de 1944*. Nova Iorque, 1944.

LIFE Magazine. *1949*. Nova Iorque, 1949.

LIFE Magazine. *War taps Brazil's Wild Rubber*. Nova Iorque, 24 de maio de 1943.

MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume/Fortaleza, 2002.

O ESTADO do Pará. *3 de agosto de 1943*. Belém, 1943.

O ESTADO do Pará. *9 de dezembro de 1943*. Belém, 1943.

O LIBERAL. *15 de abril de 1947*. Belém, 1947.

O LIBERAL. *3 de março de 1947*. Belém, 1947.

O LIBERAL. *Intensifica-se a produção de borracha sintética*. Belém, 29 de março de 1951.

O LIBERAL. *Perspectiva do mercado da borracha*. Belém, 17 de novembro de 1951.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. A economia da borracha na Amazônia sob o impacto dos Acordos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha, 1942-1950. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado).

PARÁ, Governo do Estado (SECULT). Belém da Saudade, 1998

PENTEADO. Antônio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Vol I. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

PINHEIRO, Raimundo. A obra social do governo e o aproveitamento da Amazônia. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 3, p. 112-118, mai. 1941.

PINTO, Walter. Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na revolução constitucionalíssima de 1933. Dissertação de Mestrado. Orientadora, Maria de Nazaré Sarges. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

SECRETO, Maria Verônica. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: a fronteira amazônica no governo Vargas. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII e XXI)*. Belém: Açaí, 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Viagem na Memória: Guia histórico das viagens e do turismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo. Editora SENAC, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 45, p. 153-176, 2007. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i45p153-176. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34587>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

WILKINSON, Xenia Vunovic. Tapping the Amazon for victory: Brazil's "battle for rubber" of World War II. 2009. Tese (Doutorado) – Georgetown University, Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences, Washington, 2009. Disponível em: <<https://repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/553116/WilkinsonXeniaV.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 de setembro de 2019.

Submetido em 12.04.2021 – Aceito em 12.06.2021